

CIÊNCIAS SOCIALMENTE APLICÁVEIS:

INTEGRANDO SABERES E
ABRINDO CAMINHOS

JORGE JOSÉ MARTINS RODRIGUES
MARIA AMÉLIA MARQUES

(Organizadores)

VOL III



EDITORA
ARTEMIS

2022

CIÊNCIAS SOCIALMENTE APLICÁVEIS:

INTEGRANDO SABERES E
ABRINDO CAMINHOS

JORGE JOSÉ MARTINS RODRIGUES
MARIA AMÉLIA MARQUES

(Organizadores)

VOL III



EDITORA
ARTEMIS

2022

2022 by Editora Artemis
Copyright © Editora Artemis
Copyright do Texto © 2022 Os autores
Copyright da Edição © 2022 Editora Artemis



O conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons Atribuição-Não-Comercial NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Direitos para esta edição cedidos à Editora Artemis pelos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A responsabilidade pelo conteúdo dos artigos e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade é exclusiva dos autores. A Editora Artemis, em seu compromisso de manter e aperfeiçoar a qualidade e confiabilidade dos trabalhos que publica, conduz a avaliação cega pelos pares de todos manuscritos publicados, com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Editora Chefe	Prof. ^a Dr. ^a Antonella Carvalho de Oliveira
Editora Executiva	M. ^a Viviane Carvalho Mocellin
Direção de Arte	M. ^a Bruna Bejarano
Diagramação	Elisangela Abreu
Organizadoras	Prof. Dr. Jorge José Martins Rodrigues Prof. ^a Dr. ^a Maria Amélia Marques
Imagem da Capa	ciempies
Bibliotecário	Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Prof.^a Dr.^a Ada Esther Portero Ricol, *Universidad Tecnológica de La Habana “José Antonio Echeverría”, Cuba*
Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, Universidade Federal de Uberlândia
Prof.^a Dr.^a Amanda Ramalho de Freitas Brito, Universidade Federal da Paraíba
Prof.^a Dr.^a Ana Clara Monteverde, *Universidad de Buenos Aires, Argentina*
Prof.^a Dr.^a Ana Júlia Viamonte, Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal
Prof. Dr. Ángel Mujica Sánchez, *Universidad Nacional del Altiplano, Peru*
Prof.^a Dr.^a Angela Ester Mallmann Centenaro, Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof.^a Dr.^a Begoña Blandón González, *Universidad de Sevilla, Espanha*
Prof.^a Dr.^a Carmen Pimentel, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Dr.^a Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.^a Dr.^a Cirila Cervera Delgado, *Universidad de Guanajuato, México*
Prof.^a Dr.^a Cláudia Padovesi Fonseca, Universidade de Brasília-DF
Prof.^a Dr.^a Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. David García-Martul, *Universidad Rey Juan Carlos de Madrid, Espanha*
Prof.^a Dr.^a Deuzimar Costa Serra, Universidade Estadual do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Dina Maria Martins Ferreira, Universidade Estadual do Ceará
Prof.^a Dr.^a Eduarda Maria Rocha Teles de Castro Coelho, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal



Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima
Prof.ª Dr.ª Elvira Laura Hernández Carballido, *Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo*, México
Prof.ª Dr.ª Emilas Darlene Carmen Lebus, *Universidad Nacional del Nordeste/ Universidad Tecnológica Nacional*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Erla Mariela Morales Morgado, *Universidad de Salamanca*, Espanha
Prof. Dr. Ernesto Cristina, *Universidad de la República*, Uruguay
Prof. Dr. Ernesto Ramírez-Briones, *Universidad de Guadalajara*, México
Prof. Dr. Gabriel Díaz Cobos, *Universitat de Barcelona*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Gabriela Gonçalves, Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Prof.ª Dr.ª Gladys Esther Leoz, *Universidad Nacional de San Luis*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Glória Beatriz Álvarez, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Gonçalo Poeta Fernandes, Instituto Politécnico da Guarda, Portugal
Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco
Prof.ª Dr.ª Isabel del Rosario Chiyon Carrasco, *Universidad de Piura*, Peru
Prof.ª Dr.ª Isabel Yohena, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Iván Ramon Sánchez Soto, *Universidad del Bío-Bío*, Chile
Prof.ª Dr.ª Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Javier Antonio Alborno, *University of Miami and Miami Dade College*, USA
Prof. Dr. Jesús Montero Martínez, *Universidad de Castilla – La Mancha*, Espanha
Prof. Dr. João Manuel Pereira Ramalho Serrano, Universidade de Évora, Portugal
Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES – Centro Universitário de Mineiros
Prof. Dr. José Cortez Godinez, Universidad Autónoma de Baja California, México
Prof. Dr. Juan Carlos Mosquera Feijoo, *Universidad Politécnica de Madrid*, Espanha
Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, *Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín*, Colômbia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Dr.ª Lúvia do Carmo, Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo
Prof. Dr. Luis Fernando González Beltrán, Universidad Nacional Autónoma de México, México
Prof. Dr. Luis Vicente Amador Muñoz, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Macarena Esteban Ibáñez, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
Prof. Dr. Manuel Ramiro Rodríguez, *Universidad Santiago de Compostela*, Espanha
Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Marcos Vinicius Meiado, Universidade Federal de Sergipe
Prof.ª Dr.ª Mar Garrido Román, *Universidad de Granada*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Margarida Márcia Fernandes Lima, Universidade Federal de Ouro Preto
Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia
Prof.ª Dr.ª Maria Carmen Pastor, *Universitat Jaume I*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Maria do Céu Caetano, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Pato, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal

Prof.ª Dr.ª Maritza González Moreno, *Universidad Tecnológica de La Habana "José Antonio Echeverría"*, Cuba
Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras
Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense
Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras
Prof.ª Dr.ª Paula Arcoverde Cavalcanti, Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares, Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia
Prof.ª Dr.ª Silvia Inés del Valle Navarro, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Teresa Cardoso, Universidade Aberta de Portugal
Prof.ª Dr.ª Teresa Monteiro Seixas, Universidade do Porto, Portugal
Prof. Dr. Turpo Gebera Osbaldo Washington, *Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa*, Peru
Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, Universidade Federal de Viçosa
Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande
Prof.ª Dr.ª Vera Lúcia Vasilévski dos Santos Araújo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, *Corporación Universitaria Autónoma del Cauca*, Colômbia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C569 Ciências socialmente aplicáveis [livro eletrônico] : integrando saberes e abrindo caminhos: vol. III / Organizadores Jorge José Martins Rodrigues, Maria Amélia Marques. – Curitiba, PR: Artemis, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

Edição bilíngue

ISBN 978-65-87396-58-3

DOI 10.37572/EdArt_290522583

1. Ciências sociais aplicadas – Pesquisa – Brasil. I. Rodrigues, Jorge José Martins. II. Marques, Maria Amélia.

CDD 300

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

APRESENTAÇÃO

O livro que ora se encontra nas vossas mãos, no seu terceiro volume, é por tradição um livro de temática interdisciplinar e transdisciplinar no campo das ciências sociais aplicadas. É interdisciplinar porque cruza várias disciplinas do saber. A sua transdisciplinaridade fica a dever-se aos múltiplos campos do conhecimento abrangidos, com os trabalhos apresentados a inserirem-se em temáticas emergentes nos vários campos científicos.

A metodologia seguida na organização deste volume, podendo ser discutível, privilegiou os conteúdos dos artigos, o que originou o chapéu Educação-Organização-Informação, decomposto nos eixos temáticos: Educação e formação profissional, Organizações, trabalho e responsabilidade social, Informação, transparência e decisão. Na construção da estrutura de cada um destes eixos procurou-se seguir uma lógica em que cada artigo possa contribuir para uma melhor compreensão do artigo seguinte, gerando-se um fluxo de conhecimento acumulado que se pretende fluido e em espiral crescente.

Assim, o eixo Educação e formação profissional abarca um conjunto de dez artigos que se preocupam com a redução de desigualdades. Para tal advogam o recurso a metodologias de ensino e aprendizagem com recurso a mediadores que orientem metodologicamente estes processos, no sentido de implementar e respeitar valores éticos, de cidadania e direitos humanos. Pode também recorrer-se à formação contínua em contexto de trabalho, com recurso a comunidades virtuais de aprendizagem e orientação para determinadas áreas funcionais, recorrendo a processos educativos de formação e inovação educativa, através de metodologias de colaboração e cooperação. Tais processos não dispensam uma reflexão crítica do formando no processo de avaliação e consolidação dos conteúdos objeto de aprendizagem, como forma de o mesmo contribuir para um maior conhecimento a favor da comunidade.

O eixo Organizações, trabalho e responsabilidade social agrega um conjunto de nove artigos que se preocupam com o bem-estar da sociedade. Vivemos numa sociedade de organizações, em que a célula mais pequena e influente é a família. Esta socorre-se das suas redes de relações significativas – redes de negócios – para conseguir obter os seus objetivos através do trabalho em cooperação. Esta capacidade intrínseca da família constitui um ativo intangível potenciador de vantagem competitiva, a qual poderá ser preservada e ampliada através de ações de responsabilidade socialmente aceites. Esta praxis parece estar a modificar paulatinamente algumas organizações económicas e movimentos sociais, procurando a conciliação entre o trabalho e a família,

independentemente do setor económico, sociedade civil ou do estágio de vida em que o indivíduo se encontre, contribuindo para um envelhecimento saudável ativo.

Por sua vez, o eixo Informação, transparência e decisão é constituído por quatro artigos que demonstram preocupações com a qualidade da informação, seja ela voluntária ou obrigatória. Aquela deve ser transparente e tempestiva, e contribuir para um relato que siga padrões de referência socialmente aceites. Estas características são necessárias devido à transversalidade e utilidade da informação para a tomada de decisão, quer a nível público quer a nível privado.

Com a disponibilização deste livro e seus artigos esperamos que os mesmos gerem inquietude intelectual e curiosidade científica, procurando a satisfação de novas necessidades e descobertas, motor de todas as fontes de inovação.

Jorge Rodrigues, ISCAL/IPL, Portugal

Maria Amélia Marques, ESCE/IPS, Portugal

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO - ORGANIZAÇÕES - INFORMAÇÃO

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CAPÍTULO 1.....1

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO PROFESSOR PRIMÁRIO EM MOÇAMBIQUE

Maura Juçá Manoel

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225831

CAPÍTULO 2..... 15

IMPORTANCIA DE LA INVESTIGACIÓN EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN LOS ESTUDIANTES DEL ÁREA DE LA SALUD

Alida Bella Vallejo-López

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225832

CAPÍTULO 3.....24

PROYECTO WEB DIGITAL PARA POTENCIAR EL APRENDIZAJE DE LOS ALUMNOS, BASADO EN UNA COMUNIDAD VIRTUAL DE APRENDIZAJE (CVA)

Moisés Ramón Villa Fajardo

Agustina Ortiz Soriano

Karla Fabiola Barajas Pérez

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225833

CAPÍTULO 4.....32

CARACTERIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN FINANCIERA DE LOS JÓVENES BACHILLERES DEL CANTÓN ESMERALDAS

Jenny Cristina Cervantes Intriago

Joyce Oriana Arboleda Orejuela

Verónica Elizabeth Aguilar Quiñónez

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225834

CAPÍTULO 5.....42

IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO BIOÉTICA NO ENSINO DAS COMUNIDADES ANGOLANAS

Benvinda Bibiana de Fátima Pembelindjele Caita

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225835

CAPÍTULO 6.....52

IMPACTO DE LA RÚBRICA COMO GUÍA DEL DISPOSITIVO DE EVALUACIÓN EN LA ENSEÑANZA DEL PROCESO DE DESARROLLO DE SOFTWARE

Jorge Ezequiel Moyano

Emilio Izarra

Matías Moncho

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225836

CAPÍTULO 767

IMPLEMENTACIÓN DE UN TALLER DE MINDFULNESS PARA REDUCIR EL ESTRÉS EN ALUMNOS EN SU PRUEBA DE APTITUD ACADÉMICA PARA INGRESO AL INSTITUTO TECNOLÓGICO Y DE ESTUDIOS SUPERIORES DE MONTERREY EN TOLUCA

Carlos Fernando Leal Gómez

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225837

CAPÍTULO 8..... 86

DETECCIÓN DE ERRORES ORTOGRÁFICOS PARA LA VALIDACIÓN DE LA CALIDAD EN DATOS ABIERTOS GUBERNAMENTALES PARA LA MÉTRICA DEL FACTOR SYNTACTIC CORRECTNESS

Roxana Martínez

Christian Parkinson

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225838

CAPÍTULO 9.....97

ÁREA DE FOMENTO Y PROMOCIÓN PARA LA COMERCIALIZACIÓN DE PRODUCTOS Y SERVICIOS EN EL OBSERVATORIO DE CIENCIAS EMPRESARIALES DE LA UNIVERSIDAD DE OTAVALO

Edwin Santiago Núñez Naranjo

Jesús Francisco González Alonso

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225839

CAPÍTULO 10..... 110

RELIGIOUS EDUCATIONAL REFORMS AND THE SHAPING OF MOROCCAN IDENTITY: ISLAMIC EDUCATION TEXTBOOKS AS A CASE STUDY

Somaya Zine-Dine
Moulay Sadik Maliki

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258310

ORGANIZAÇÕES, TRABALHO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

CAPÍTULO 11.....126

CARTOGRAFIA DA FAMÍLIA EMPRESÁRIA: PERCURSORES, CONCEITOS E EMERGÊNCIA DE MODELOS TEÓRICOS

Jorge José Martins Rodrigues
Maria Amélia André Marques

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258311

CAPÍTULO 12..... 144

SERÁ QUE A UNIÃO FAZ A FORÇA INDEPENDENTEMENTE DA DIMENSÃO DOS INTERVENIENTES? UM ESTUDO SOBRE AS RAZÕES DE INTEGRAÇÃO EM REDE DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS PORTUGUESAS

Lara Sofia Mendes Bacalhau
Guilhermina Maria de Silva Freitas

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258312

CAPÍTULO 13.....159

PODERÁ A RBV CONSIDERAR OS RECURSOS TANGÍVEIS COMO ESTRATÉGICOS? UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A ANÁLISE DE RECURSOS VRIO – VISÃO HISTÓRICA

Lara Sofia Mendes Bacalhau
Guilhermina Maria de Silva Freitas

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258313

CAPÍTULO 14.....174

“CUSTOMER ORIENTATION AND MANAGEMENT CONTROL IN THE PUBLIC SECTOR: A GARBAGE CAN ANALYSIS”. *UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA E ONTOLÓGICA*

Guilhermina Maria de Silva Freitas
Lara Sofia Mendes Bacalhau

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258314

CAPÍTULO 15 184

DISCURSOS PERCEPCIONES Y AGENDA DE REFORMA LABORAL-FLEXIBILIDAD ARGENTINOS. PROCESO INTERPRETATIVO Y CULTURA ORGANIZACIONAL 2018-2022

Liliana Edith Ferrari

Andrea Karina Batista Teliz

Esteban Córdoba

Lautaro Cirami

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258315

CAPÍTULO 16 196

INCORPORAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL NA TOMADA DE DECISÃO ESTRATÉGICA NUMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Maria Dulce da Costa Matos e Coelho

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258316

CAPÍTULO 17 210

A CONCILIAÇÃO ENTRE A VIDA PROFISSIONAL, FAMILIAR E PESSOAL NA COMUNICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – UMA ANÁLISE DAS ORGANIZAÇÕES CERTIFICADAS COMO FAMILIARMENTE RESPONSÁVEIS

Elisabete Correia

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258317

CAPÍTULO 18 229

ASSOCIAÇÕES QUE PROMOVEM O ENVELHECIMENTO ATIVO; UMA FERRAMENTA NO FUTURO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Maria da Graça Moreira

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258318

CAPÍTULO 19 237

PROTEÇÃO À MULHER NO HORIZONTE DA PACIFICAÇÃO SOCIAL

Marzely Gorges Farias

Zelindro Ismael Farias

Cleia Demétrio Pereira

Martha Inés Moreno Mendel

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258319

INFORMAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E DECISÃO

CAPÍTULO 20251

A ANÁLISE DISCRIMINANTE, O *GOING CONCERN* E O *SCORING* – UM *OVERVIEW*

Cândido Jorge Peres Moreira
Mário Alexandre Guerreiro Antão
Domingos Custódio Cristóvão
Hélio Miguel Gomes Marques
Pedro Miguel Baptista Pinheiro
Catarina Carvalho Terrinca

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258320

CAPÍTULO 21263

DETERMINANTES DA OPINIÃO MODIFICADA DA AUDITORIA NOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES DE MÉDIA DIMENSÃO (2016-2018)

Paula Gomes dos Santos
Carla Martinho
Raquel Lopes

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258321

CAPÍTULO 22 277

ANÁLISIS DEL MERCADO DE CAPITALES DEL ECUADOR

Carolina Uzcátegui Sánchez
Karen Michel Serrano Orellana

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258322

CAPÍTULO 23289

CONTABILIDADE PÚBLICA E IPSAS EM PORTUGAL: O SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA PARA AS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Maria da Conceição da Costa Marques

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258323

SOBRE OS ORGANIZADORES307

ÍNDICE REMISSIVO 308

CAPÍTULO 21

DETERMINANTES DA OPINIÃO MODIFICADA DA AUDITORIA NOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES DE MÉDIA DIMENSÃO (2016-2018)

Data de submissão: 13/02/2022

Data de aceite: 28/02/2022

Paula Gomes dos Santos

Instituto Politécnico de Lisboa
Instituto Superior de Contabilidade e
Administração de Lisboa
Lisboa, Portugal
<https://orcid.org/0000-0003-2192-8855>

Carla Martinho

Instituto Politécnico de Lisboa
Instituto Superior de Contabilidade e
Administração de Lisboa
Lisboa, Portugal
<https://orcid.org/0000-0001-7675-7390>

Raquel Lopes

Instituto Politécnico de Lisboa
Instituto Superior de Contabilidade e
Administração de Lisboa
Lisboa, Portugal

RESUMO: A auditoria aos municípios portugueses confere maior transparência e *accountability* à gestão pública, pelo que a presente investigação tem como objetivo analisar os determinantes da opinião modificada, emitida pelo auditor, nos municípios portugueses de média dimensão, no período de 2016 a 2018. O estudo

assentou na análise das certificações legais de contas dos municípios, tendo-se adotado métodos estatísticos para estudar as variáveis financeiras e não financeiras definidas. Como principal conclusão, salienta-se que a emissão de anteriores opiniões modificadas demonstra ser estatisticamente significativa para a emissão de opiniões modificadas nos municípios portugueses de média dimensão, o que se considera ser especialmente relevante dado que as entidades parecem ter uma tendência para reportar informação financeira com limitações, não demonstrando capacidade de ultrapassar as situações apontadas pelo auditor que lhes permita divulgar informação mais transparente e que contribua para uma verdadeira *accountability* da governação pública.

PALAVRAS-CHAVE: *Accountability*. Anteriores Opiniões Modificadas. Auditoria. Municípios.

DETERMINANTS OF THE MODIFIED OPINION OF THE AUDIT IN THE PORTUGUESE MEDIUM-SIZED MUNICIPALITIES (2016-2018)

ABSTRACT: The audit to Portuguese municipalities gives greater transparency and accountability to public management, so this investigation aims to analyse the determinants of the modified opinion, issued by the Statutory Auditor, in the medium-sized Portuguese municipalities, in the period from 2016 to 2018. The study was based on the analysis of

the Legal Accounts Certificate of the municipalities, having adopted statistical methods to study the financial and non-financial variables defined. As the main conclusion, it is emphasized that the issuance of previous modified opinions proves to be statistically significant for the issuance of modified opinions in medium-sized Portuguese municipalities, which is especially relevant since the entities seem to tend to report financial information with limitations, not demonstrating the ability to overcome the situations pointed out by the auditor that allows them to disseminate more transparent information which would contribute to genuine accountability of public governance.

KEYWORDS: Accountability. Audit. Municipalities. Previous Modified Opinion.

1 INTRODUÇÃO

A Nova Gestão Pública (NGP) traduziu-se no reforço da *accountability* no sentido de responsabilizar os gestores dos recursos públicos (Couto & Ferreira, 2017). Esta reforça o controlo sobre o setor público, nomeadamente através da auditoria às suas contas (Costa, Pereira & Blanco, 2006), a qual fornece aos cidadãos uma maior transparência acerca da utilização dos recursos e da eficácia da gestão pública (Maldonado, Pinho & Lobo, 2019).

Os governos locais desempenham um papel importante na sociedade em virtude das várias funções que desenvolvem, nomeadamente no âmbito da saúde, economia, educação e proteção social. No entanto, apesar da sua importância no contexto da gestão pública, e de esta dever ser clara e transparente para os cidadãos, em Portugal a auditoria externa independente ao setor público local é relativamente recente, dado que apenas em 2007 foi introduzida a sua obrigatoriedade a alguns municípios, sendo estendida à totalidade daqueles apenas em 2013.

Considera-se que a auditoria externa permite garantir a conformidade e a credibilidade da informação financeira, assegurando que os recursos públicos estão a ser geridos eficazmente (Costa *et. al.*, 2006). Como salientam Cruz, Ferreira, Silva e Macedo (2012), dar publicidade não significa necessariamente ser transparente, sendo fundamental que a informação disponibilizada tenha a capacidade de comunicar o que realmente deve expressar. Aguiar (2014) enfatiza que os utilizadores das demonstrações financeiras depositam uma maior confiança em contas auditadas, na medida em que a auditoria contribui para a fiabilidade da informação financeira.

Sendo a opinião emitida no relatório de auditoria afetada por diversas características, tanto da auditoria, como da entidade auditada (Ferreira & Morais, 2019), existe uma lacuna na literatura no que respeita ao conhecimento dos determinantes do tipo de opinião emitida pelo auditor no âmbito do setor público (Paananen, 2016).

Assim, dada a recente obrigatoriedade de auditoria externa independente às contas de todos os municípios portugueses, a presente investigação pretende contribuir para a literatura existente no que diz respeito ao estudo dos determinantes da opinião daquela auditoria nos governos locais. Através da análise das certificações legais de contas (CLC) dos municípios portugueses de média dimensão, o presente estudo tem como objetivo estudar os determinantes que influenciam o tipo de opinião emitida pela auditoria nos municípios portugueses de média dimensão, no período de 2016 a 2018.

Este artigo está estruturado em quatro secções, para além da presente introdução. Na secção dois apresenta-se a revisão teórica relativa à relevância da auditoria na *accountability* e aos determinantes da emissão da opinião do auditor, seguindo-se os materiais e métodos utilizados na presente investigação. Na secção quatro constam os resultados e, na última, são discutidos os resultados e apresentadas as principais conclusões.

2 REVISÃO TEÓRICA

A NGP veio trazer práticas de gestão do setor privado para o setor público visando aumentar a sua eficácia e eficiência (Hyndman & Lapsley, 2016), e enfatizando a responsabilidade de transparência e de prestação de contas aos cidadãos (Couto & Ferreira, 2017). A *accountability* consiste na responsabilização do “agente” pela gestão dos dinheiros públicos (Meijer, 2013), e assenta na obrigação de reportar e informar a forma como aqueles são utilizados (Carvalho, 2010). A transparência e a *accountability* estão, naturalmente, interligadas, implicando que seja prestada informação útil que permita satisfazer as necessidades dos utilizadores, sendo uma ferramenta essencial ao controlo do setor público (Meijer, 2013; Silveira, Moreira, Ávila & Weyh, 2013; Armstrong, 2005; Broadbent & Laughlin, 2003).

Dado que os governos locais representam os cidadãos nos assuntos públicos, a *accountability* e a transparência dos municípios assume especial relevância (Bolívar, Galera & Muñoz, 2015; Caamaño-Alegre, Lago-Peñas, Reyes-Santias & Santiago-Boubeta, 2013), pelo que quanto maior for a transparência do governo local maior será a confiança que os cidadãos depositam nos seus gestores (Tolbert & Mossberger, 2006), contribuindo para um maior envolvimento e controlo por parte dos cidadãos (Barbosa, 2018) e para a prevenção de comportamentos indesejáveis por parte dos agentes públicos (Williams, 2015; Coglianesi, 2009).

Neste contexto, a auditoria passou a ter um papel preponderante no setor público com o objetivo de avaliar, não só a eficácia e eficiência da gestão das entidades públicas,

mas também promover a *accountability* e a transparência (Reichborn-Kjennerud, 2014; Braga, 2011). Neste sentido, a auditoria é essencial para a *accountability*, uma vez que permite reforçar a credibilidade da informação financeira, sendo essencial a divulgação do relatório de auditoria para uma maior segurança na informação financeira e para aumentar a transparência das entidades públicas (Talbot & Wigan, 2010).

Porém, para garantir aquela credibilidade, importa que o auditor seja independente uma vez que, sem este, se torna difícil avaliar a qualidade da informação financeira (Schelker, 2013; Gendron, Cooper & Townley, 2001).

Em Portugal, com a publicação da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, tornou-se obrigatória, pela primeira vez, a auditoria externa independente às contas dos municípios e associações municipais com participações de capital em fundações ou em entidades do setor empresarial local. A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, estendeu a obrigatoriedade daquela auditoria a todos os municípios a partir de 2013. Segundo Abreu e Segura (2019), a CLC permite aumentar a transparência e a qualidade da informação financeira, a qual é essencial para a sustentabilidade dos municípios.

No que respeita ao tipo de opinião emitida na CLC, de acordo com a *International Standard on Auditing* (ISA) 705 esta pode ser de dois tipos, opinião sem reserva (opinião não modificada que deriva da veracidade da posição financeira em todos os aspetos materialmente relevantes), e opinião modificada (que pode ser uma opinião com reserva, uma opinião adversa ou mesmo uma escusa de opinião).

A investigação sobre auditoria municipal tem recaído, essencialmente, sobre a sua qualidade ou atraso, não dando ênfase aos fatores que poderão estar na origem de uma opinião modificada (Paananen, 2016). De facto, os determinantes da opinião do auditor tem sido um tema mais investigado no setor privado do que no público, nomeadamente no local.

A literatura sobre os determinantes da opinião modificada tem incidido sobre variáveis financeiras (nomeadamente a liquidez, o endividamento e o resultado líquido) e sobre variáveis diretamente relacionadas com o município (como a orientação política, localização e anteriores opiniões modificadas).

No que respeita à liquidez, a literatura referente ao setor privado sugere que esta influencia a opinião expressa pelo auditor, uma vez que entidades com menor liquidez tendem a apresentar maior probabilidade de obter opinião modificada (Caramanis & Spathis, 2006; Moalla, 2017). No âmbito do setor público, Paananen (2016) concluiu que a liquidez não influencia o tipo de opinião emitida pois, ao contrário das organizações

privadas, não estão orientadas, na sua generalidade, para os resultados. Também Godinho (2019) e Jesus (2019) não encontraram evidências da existência de relação entre o tipo de opinião emitida nos municípios e a liquidez.

Em relação ao endividamento, Chan e Walter (1996) e Ferreira e Morais (2019) consideram que empresas com um valor elevado de dívida apresentam maior risco financeiro, concluindo existir uma associação positiva entre o valor do endividamento e a existência de opinião modificada. Paananen (2016) e Godinho (2019) não encontraram esta evidência em entidades públicas. Não obstante, também no contexto público, Jesus (2019) comprovou estatisticamente que o fator é determinante no tipo de opinião.

No que se refere ao resultado líquido, Caramanis e Spathis (2006), Segura e Molina (2001) e Chan e Walter (1996) concluíram que a existência de resultados líquidos negativos contribui para o aumento da probabilidade de as empresas terem uma opinião modificada. Moalla (2017) não encontrou evidências de uma relação entre o resultado líquido e a existência de opinião modificada.

No contexto do setor público, Paananen (2016), Godinho (2019) e Jesus (2019) não encontraram evidências que o resultado líquido influencie o tipo de opinião emitida. É de salientar que os modelos de gestão privada e pública têm diferentes objetivos, existindo no setor privado um maior foco nos resultados, quer por pressão da estrutura acionista, quer pela própria sobrevivência da organização (Paananen, 2016; Boyne, 2002; Rainey & Bozeman, 2000). Já as entidades públicas não visam o lucro, mas sim a prossecução dos objetivos dos cidadãos (Jesus, 2019).

No que respeita ao estudo de variáveis diretamente relacionadas com a entidade, Kido e Weber (2012) e Veiga e Veiga (2007) defendem que em períodos eleitorais, os dirigentes públicos procuram melhorar o seu desempenho, o que pode acontecer através da manipulação da informação financeira. Quanto à orientação política, em Portugal existe uma associação positiva entre os municípios governados por partidos de esquerda e a contratação da auditoria externa, existindo um maior cumprimento da lei pelos municípios cujo presidente pertence àquela esfera política, nomeadamente quando o governo central é do mesmo partido (Pinto, 2015).

No que respeita à localização geográfica, Godinho (2019) concluiu que existe uma associação positiva entre os municípios localizados no interior e a probabilidade de lhes ser emitida uma opinião modificada, concluindo, no entanto, que esta não é estatisticamente significativa.

Relativamente à existência de anteriores opiniões modificadas, a literatura refere-a como determinante da emissão de uma opinião modificada (Godinho, 2019; Habib, 2013; Carcello & Neal, 2000).

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Em Portugal existem, atualmente, 308 municípios sendo habitualmente agrupados em três categorias, em função do número de habitantes: pequenos (inferior ou igual a 20.000 habitantes), médios (superior a 20.000 e inferior ou igual a 100.000 habitantes) e grandes (superior a 100.000 habitantes) (Carvalho, Fernandes & Camões, 2018).

Não se conhecendo estudos em Portugal nesta temática que se tenham centrado especificamente nos municípios de média dimensão, foram estes os escolhidos como objeto de estudo da presente investigação. Verifica-se que o número dos municípios médios não é constante ao longo do período em análise, existindo 99 em 2016 e 2017 e 98 no ano de 2018, uma vez que o município da Mealhada passou a ser classificado como pequeno. Assim, este município não será incluído na análise.

Nos termos do n.º 2 do artigo 79 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os municípios devem disponibilizar no seu *site* a respetiva prestação de contas, pelo que se recolheram as CLC no triénio de 2016 a 2018 constantes nas páginas *web* dos municípios. As que não se encontravam disponíveis foram solicitadas por e-mail às entidades. Apesar das várias insistências, apenas foi possível obter (via e-mail e por divulgação na página *web*) 71 CLC em todos os anos em estudo (o que corresponde a 72% dos municípios em análise).

No que respeita às variáveis, tendo presente que se pretende estudar o que determina a emissão, pelo auditor, de opinião modificada nos municípios portugueses de média dimensão, a opinião modificada (OM) consiste na variável dependente. Esta está relacionada com a existência ou não de reservas na CLC, sendo do tipo binária, que assume o valor 1, quando a opinião é modificada e 0 caso contrário (sem reservas).

No que concerne às variáveis utilizadas para explicar a opinião modificada na CLC, e de acordo com a revisão de literatura, selecionaram-se variáveis financeiras [liquidez (Liq), endividamento (End) e resultado líquido (RL)] e variáveis diretamente relacionadas com o município [anteriores opiniões modificadas (AOM), localização (Loc) e orientação política (OP)]. Na Tabela 1 são apresentadas as variáveis consideradas na presente investigação e a respetiva caracterização.

Tabela 1. Caracterização das Variáveis.

Variáveis	Tipo	Critério e Fonte
OM	Variável <i>Dummy</i> , assume o valor 1 se opinião modificada, e 0 caso contrário	
Liq	Variável numérica (milhares €)	Rácio entre as disponibilidades e o passivo circulante, Portal Autárquico
End	Variável numérica (milhares €)	Artigo 52 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, Portal Autárquico

Variáveis	Tipo	Critério e Fonte
RL	Variável numérica (milhares €)	Portal Autárquico
Loc	Variável categórica (Norte, Centro, Alentejo, Algarve, Lisboa, Açores e Madeira)	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos II
OP	Variável <i>categórica</i> (esquerda, direita e independente)	PORDATA
AOM	Variável <i>Dummy</i> , assume o valor 1 se anterior opinião modificada e 0 caso contrário	

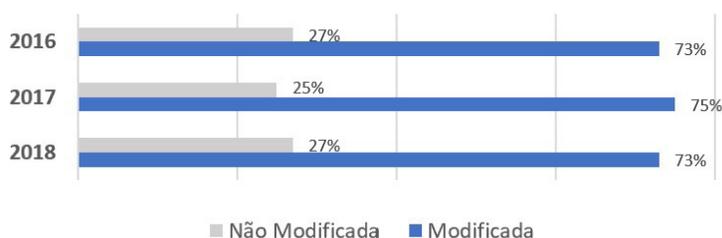
Os partidos políticos que presidem ao município foram agrupados segundo a orientação política (esquerda, direita ou independente) conforme apresentado pelo Tribunal Constitucional.

No que respeita à metodologia utilizada, esta é de natureza mista. Primeiramente, a pesquisa incidiu na recolha de dados qualitativos através das CLC dos municípios portugueses de média dimensão, sendo estes transformados em dados quantitativos, tendo sido posteriormente analisados através de estatística descritiva e análise de correlação (Pearson e Spearman).

4 RESULTADOS

Relativamente ao tipo de opinião emitida, este é apresentado no Gráfico 1, sendo possível observar que não existe uma variação significativa no tipo de opinião emitida nos anos em análise, sendo maioritariamente do tipo modificada.

Gráfico 1. Tipo de opinião emitida.



No que diz respeito às variáveis financeiras em análise na investigação, calcularam-se as medidas estatísticas e, em média, o resultado líquido dos municípios analisados é de 2.107.209 euros, apresentando uma grande amplitude entre o valor máximo e o valor mínimo. Como já referido, o objetivo dos municípios não é a obtenção de lucro, porém resultados positivos indiciam uma melhor gestão por parte dos órgãos autárquicos. Relativamente à liquidez, a sua média é superior a 1, o que indicia que os municípios conseguem cumprir com as suas obrigações de curto prazo. Quanto ao endividamento,

os municípios apresentam um valor médio de 22.882.006 euros, porém verificou-se que o valor máximo é sete vezes superior à média. Verificou-se, ainda, pela análise do desvio padrão, que as variáveis resultado e liquidez apresentam uma grande dispersão dos valores observados face à média.

Ainda relativamente às variáveis financeiras, os gráficos seguintes permitem estudar o tipo de opinião emitida face ao valor médio de cada variável. Para tal, em relação a cada uma destas, os municípios foram classificados como municípios de menor ou maior liquidez, resultado líquido, e endividamento. Para o efeito utilizou-se o valor médio obtido para os três anos, em cada uma das variáveis, como valor de corte na classificação dos municípios, ou seja, se o valor da variável for inferior ao da média obtida para os três anos é considerado na classe de municípios de menor valor, caso contrário é considerado na classe de municípios de maior valor.

Assim, os Gráficos 2, 3 e 4 permitem comparar o valor dos municípios de maior e de menor liquidez, de maior e menor resultado líquido, de maior e menor endividamento, respetivamente, nos três anos, face ao tipo de opinião emitida.

Gráfico 2. Tipo de opinião por municípios de maior e menor Liq

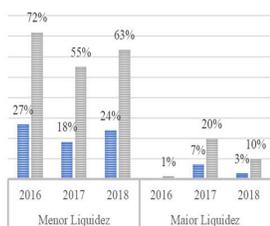


Gráfico 3. Tipo de opinião por municípios de maior e menor RL

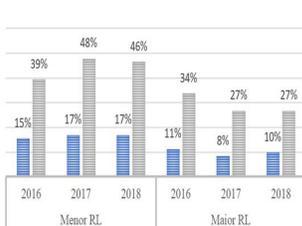
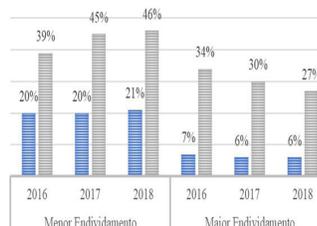


Gráfico 4. Tipo de opinião por municípios de maior e menor End



■ Não Modificada ■ Modificada

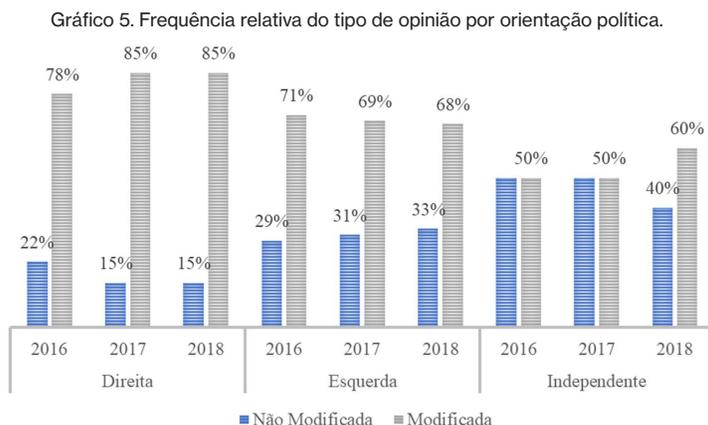
Em relação ao tipo de opinião emitida observa-se, no Gráfico 2, uma relação entre esta e os valores de liquidez, uma vez que, municípios com menor liquidez apresentam um percentual superior de opinião modificada quando comparados com municípios de maior liquidez.

No Gráfico 3, é possível verificar que, no triénio de 2016 a 2018, a frequência relativa de opinião modificada é superior, independentemente de os municípios apresentarem maior ou menor resultado líquido, porém verifica-se que municípios com menor resultado líquido apresentam um percentual superior de opinião modificada.

Através do Gráfico 4 constata-se que, ao longo dos três anos, a opinião modificada prevalece, seja nos municípios de menor ou de maior endividamento. Não obstante, os

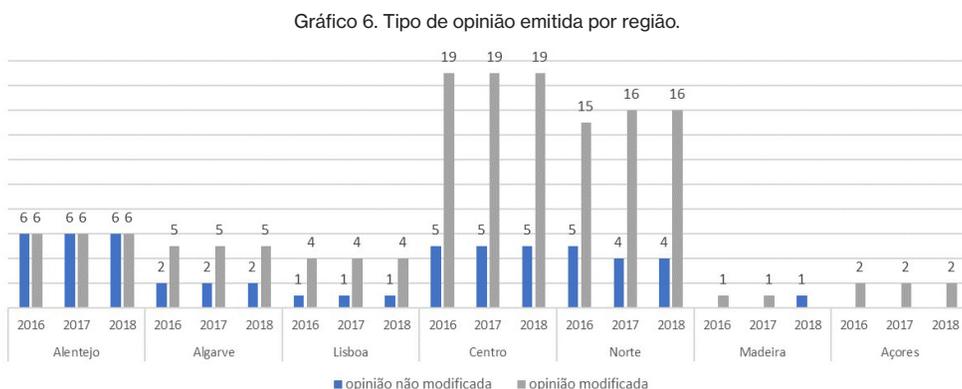
municípios com menor endividamento apresentam, em termos relativos, um percentual superior de opiniões não modificadas face a municípios de maior endividamento.

No que concerne à orientação política (direita, esquerda e independente) que preside ao município, torna-se necessário analisar a frequência relativa do tipo de opinião por orientação política (apresentada no Gráfico 5).



O Gráfico 5 permite verificar que os partidos políticos de direita apresentam sempre um percentual superior de opinião modificada, quando comparados com os partidos de esquerda e com os independentes.

No que respeita à localização geográfica dos municípios analisados, foi possível perceber que a maioria dos municípios em análise se situam nas regiões centro (34%) e norte (30%). A opinião emitida por região, em frequência relativa, consta do Gráfico 6, sendo possível observar que em todas as regiões impera uma elevada percentagem de municípios com opinião modificada, à exceção do Alentejo onde existe um equilíbrio entre os dois tipos de opinião.



Posteriormente à análise da estatística descritiva procedeu-se à análise de correlação, tendo-se recorrido para o efeito ao cálculo do coeficiente de correlação (Pearson para as variáveis quantitativas e Spearman para as variáveis ordinais). Nas Tabelas 2 e 3 apresentam-se os resultados, via SPSS 26, desses coeficientes de correlação e respetivas significâncias.

Tabela 2. Correlação de *Pearson* entre as variáveis.

		Opinião	LIQ	END	RL
OM	Correlação de Pearson	1			
	<i>p</i> -value (2 extremidades)				
	N	213			
LIQ	Correlação de Pearson	0,031	1		
	<i>p</i> -value (2 extremidades)	0,648			
	N	213	213		
END	Correlação de Pearson	0,083	-0,076	1	
	<i>p</i> -value (2 extremidades)	0,226	0,271		
	N	213	213	213	
RL	Correlação de Pearson	-0,036	0,034	0,108	1
	<i>p</i> -value (2 extremidades)	0,599	0,619	0,118	
	N	213	213	213	213

Pela observação da Tabela 2, contata-se que, para as variáveis quantitativas utilizadas, não existe nenhum tipo de associação linear estatisticamente significativa entre qualquer uma delas e a emissão de opinião modificada.

A Tabela 3 apresenta os resultados dos coeficientes de correlação de Spearman e respetivas significâncias.

Tabela 3. Correlação de *Spearman* entre as variáveis.

		Opinião	LOC	OP	AOM
OM	Coefficiente de Correlação	1			
	<i>p</i> -value (2 extremidades)				
	N	213			
LOC	Coefficiente de Correlação	-0,079	1		
	<i>p</i> -value (2 extremidades)	0,253			
	N	213	213		
OP	Coefficiente de Correlação	0,067	-0,048	1	
	<i>p</i> -value (2 extremidades)	0,332	0,488		
	N	213	213	213	
AOM	Coefficiente de Correlação	0,964**	-0,048	0,059	1
	<i>p</i> -value (2 extremidades)	0,000	0,484	0,393	
	N	213	213	213	213

Entre as variáveis OM e AOM, e para um nível de significância de 0,01, verifica-se que existe uma correlação estatisticamente significativa ($p\text{-value} < 0,01$), muito forte em sentido positivo (0,964). Para todas as outras variáveis não se observa relevância estatística nas correlações apresentadas.

5 DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Os resultados apresentados permitem verificar que municípios com menor liquidez apresentam um percentual superior de opiniões modificadas quando comparados com municípios de maior liquidez. No entanto, não foi encontrada uma associação estatisticamente significativa entre as variáveis. A literatura apresenta resultados contrários quanto a esta variável, pois no setor privado Moalla (2017) e Caramanis e Spathis (2006) afirmam que uma menor liquidez influencia a emissão de opiniões modificadas, porém nas entidades públicas, Paananen (2016), Godinho (2016) e Jesus (2019) não encontraram quaisquer evidências de relação entre a variável e a emissão de opinião modificada.

No que respeita ao endividamento, este não apresenta poder estatístico para explicar a emissão de opinião modificada nas CLC. Tendo em conta os estudos anteriores para entidades do setor público, Paananen (2016) e Godinho (2019) afirmam não existir relação estatisticamente significativa entre a variável e a emissão de opinião modificada, corroborando a presente conclusão, não obstante Jesus (2019) defender o contrário.

Relativamente ao resultado líquido, verificou-se nos anos em análise que a opinião modificada prevalece em municípios com menor resultado líquido, não existindo, no entanto, uma associação estatisticamente significativa entre as variáveis. No que concerne a estudos anteriores em entidades do setor público, Jesus (2019) não encontrou evidência estatística entre o resultado líquido e emissão de opiniões modificadas.

Quanto à orientação política, constatou-se que os municípios dirigidos por partidos de direita apresentam um percentual superior de emissão de opinião modificada. Refira-se que era esperado que a variável apresentasse efeito estatisticamente significativo na emissão de opinião modificada, uma vez que Pinto (2015) salientou no seu estudo existir um maior cumprimento da lei por partidos de esquerda.

No que respeita à variável região, foi possível observar um percentual elevado de opinião modificada em todas as regiões, não se tendo encontrado uma associação estatisticamente significativa entre as variáveis, pelo que não foi considerada como determinante da emissão de opinião modificada na CLC dos municípios de média dimensão. Assim, corrobora-se a conclusão de Godinho (2019).

Por último, foi possível concluir que a variável emissão de anteriores opiniões modificadas apresenta uma relação muito forte e positiva, estatisticamente significativa, na emissão de novas opiniões modificadas na CLC. A conclusão obtida corrobora os estudos anteriores, tanto para entidades do setor privado, como para entidades públicas (Godinho, 2019; Habib, 2013; Carcello & Neal, 2000).

Considera-se que esta conclusão é relevante no sentido em que, apesar da redução verificada no número de reservas, as entidades parecem ter uma tendência para reportar de forma continuada informação financeira com limitações (dado ser objeto de opiniões modificadas), não demonstrando capacidade de ultrapassar as situações apontadas pelo auditor de modo a divulgar informação mais transparente e que contribua para uma verdadeira *accountability* da governação pública.

O presente estudo apresentou como principal limitação não ter sido possível obter a totalidade das CLC dos municípios de média dimensão. Como sugestão de investigações futuras, considera-se importante desenvolver o estudo para os municípios de pequena e de grande dimensão. Sugere-se, também, que sejam utilizados métodos estatísticos mais robustos, que naturalmente exigirão mais anos em estudo.

REFERÊNCIAS

ABREU, R.; SEGURA, L., CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONTABILIDADE PÚBLICA, II., 2019, Lisboa. **A Certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria nas Entidades Públicas**. Lisboa: OCC, 2019.

AGUIAR, D. **Atuação dos auditores nas entidades públicas – o estudo de caso nos Municípios**. 2014. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica Portuguesa, Porto, Portugal, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/17052/1/Projecto.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2021.

AMSTRONG, E. **Integrity, transparency and accountability in public administration: recent trends, regional and international developments and emerging issues**. New York: United Nations, 2005.

BARBOSA, T. **O Índice de Transparência Municipal em Portugal e a perceção dos Municípios**. 2018. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/59464>. Acesso em: 5 fev. 2021.

BRAGA, M. Auditoria governamental como instrumento de promoção da transparência. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 9, n. 1, p. 51-60, 2011.

BROADBENT, J.; LAUGHLIN, R. Control and Legitimation in Government Accountability Processes: The Private Finance Initiative in the UK. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 14, p. 3-48, 2003.

BOLÍVAR, M.; GALERA, A. N.; MUÑOZ, L. A. Governance, transparency and accountability: An international comparison. **Journal of Policy Modeling**, v. 37, n. 1, p. 136-174, 2015.

BOYNE, G. A. Public and private management: What's the difference. **Journal of Management Studies**, v. 39, n. 1, p. 97-122, 2002.

CAAMAÑO-ALEGRE, J.; LAGO-PEÑAS, S.; REYES-SANTIAS, F.; SANTIAGO-BOUBETA, A. Budget Transparency in Local Governments: An Empirical Analysis. **Journal of Management Studies**, [s. l.], v. 39, n. 2, p. 182-207, 3 fev. 2013.

CARAMANIS, C.; SPATHIS, C., Auditee and audit firm characteristics as determinants of audit qualifications: Evidence from the Athens stock exchange. **Managerial Auditing Journal**, v. 21, n. 9, p. 905-920, 2006.

CARCELLO, J. V.; NEAL, T. L. Audit committee composition and auditor reporting. **The Accounting Review**, v. 75, n. 4, p. 453-467, 2000.

CARVALHO, J.; FERNANDES, M. J.; CAMÕES, P. **Anuários Financeiro dos Municípios Portugueses 2017**. 1ª. ed. Lisboa: Ordem dos Contabilistas Certificados, 2017.

CARVALHO, A. **O Papel da Informação Contabilística e do Controlo Externo no Processo de Accountability: o Caso dos Municípios Portugueses**. 2010. Tese (Doutoramento) - Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais, Universidade de Vigo, Espanha, 2010.

CHAN, Y.; WALTER, T. Qualified audit reports and costly contracting. **Asia Pacific Journal of Management**, v. 13, n. 1, p. 37-63, 1996.

COGLIANESE, C. The transparency president? The Obama administration and open government. **Governance**, v. 22, n. 4, p. 529-544, 2009.

COSTA, A.; PEREIRA, J.; BLANCO, S. Auditoria do sector público no contexto da nova gestão pública. **Revista de Estudos Politécnicos**, v. 3, p. 201-225, 2006.

COUTO, M., FERREIRA, A.; XVI CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONTABILIDADE E AUDITORIA, 2017, Aveiro. **A importância da Transparência e Accountability na administração local – Da Academia à Profissão**. Aveiro, 2017.

CRUZ, C. F.; FERREIRA, A. C. S.; SILVA, L. M.; MACEDO, M. A. S. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 1, p. 153-176, 2012.

FERREIRA, C.; MORAIS, A. I. Análise da relação entre características das empresas e os key audit matters divulgados. **Revista Contabilidade & Finanças**, [S. l.], v. 31, n. 83, p. 262-274, 2020. DOI: 10.1590/1808-057x201909040. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/169643>. Acesso em: 5 fev. 2022.

GENDRON, Y.; COOPER, D.J.; TOWNLEY, B. In the name of accountability State auditing, independence and new public management. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 14, n. 3, p. 278-310, 2001.

GODINHO, J. **Determinantes da Opinião dos de Auditoria Modificada no Setor Público: Caso dos Municípios Portugueses nos anos 2015 e 2016**, 2019. Dissertação (Mestrado) - Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/18807>. Acesso em: 5 fev. 2022.

HABIB, A. A meta-analysis of the determinants of modified audit opinion decisions. **Managerial Auditing Journal**, v. 28, n. 3, p. 184-216, 2013.

HYNDMAN, N.; LAPSLEY, I. New public management: The story continues. **Financial Accountability & Management**, v. 32, n. 4, p. 385-408, 2016.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS. ISA 705– Modificações à opinião do auditor independente. *In*: Edição 2015, 2015. v. II.

JESUS, A. **Determinantes da opinião do auditor nas certificações legais de contas dos municípios portugueses**. 2019. Dissertação (Mestrado) - ISCAC - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, Coimbra, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/31933>. Acesso em: 5 fev. 2021.

KIDO, N.; PETACCHI, R.; WEBER, J. The Influence of Elections on the Accounting Choices of Governmental Entities. **Journal of Accounting Research**, v. 50, n. 2, p. 443–476, 2012.

MALDONADO, I.; PINHO, C.; LOBO, C. A., 2019, Madrid, Espanha. CONGRESSO IBÉRICO DE SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO (CISTI) XIV., 2019. **Determinant factors of external audit opinion modification in portuguese municipalities**. Madrid, 2019.

MEIJER, A. Understanding the complex dynamics of transparency. **Public Administration Review**, Lisboa, v. 73, n. 3, p. 429–439, 2013. DOI doi: 10.1111 / puar.12032. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/puar.12032>. Acesso em: 6 fev. 2022.

MOALLA, H. Audit report qualification/modification: Impact of financial variables in Tunisia. **Journal of Accounting in Emerging Economies**, v. 7, n. 4, p. 468-485, 2017. DOI Disponível em: <https://doi.org/10.1108/JAEE-10-2016-0092>. Acesso em: 6 fev. 2022.

PAANANEN, M. Modified Audit Reports in the Case of Joint Municipal Authorities: Empirical Evidence from Finland. **International Journal of Auditing**, v. 20, n. 2, p. 149–157, 2016. DOI Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/ijau.12062>. Acesso em: 6 fev. 2022.

PINTO, A. **The impact of procurement practices in the municipality auditing market**. 2015. Tese (Doutoramento) - Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/11956>. Acesso em: 5 fev. 2021.

RAINEY, H. G.; BOZEMAN, B. Comparing Public and Private Organizations: Empirical Research and the Power of the A Priori. **Journal of Public Administration Research and Theory**, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 447-469, 2000.

REICHBORN-KJENNERUD, K. Performance audit and the importance of the public debate. **Evaluation**, v. 20, n. 3, p. 368-385, 2014.

SCHELKER, M. , M. Auditors and corporate governance: Evidence from the public sector. **Kyklos**, v. 66, n. 2, p. 275-300, 2013.

SEGURA, A.; MOLINA, G. El Informe de Auditoría y su Relación Con las Características Corporativas. **Revista Española de Financiación y Contabilidad**, v. 30, n. 108, p. 349-391, 2001.

SILVEIRA, J.; MOREIRA, A.; ÁVILA, L.; WEYH, C. B. Construção Metodológica, Aplicação e Interpretação de um Índice Municipal de Accountability. **Nucleus**, v. 10, n. 2, 2013.

TALBOT, C.; WIGGAN J. The public value of the National Audit Office. **Journal of Public Sector Management**, v. 23, n. 1, p. 54-70, 2010.

TOLBERT, C.; MOSSBERGER, K. The effects of e-government on trust and confidence in government. **Public Administration Review**, v. 66, n. 3, p. 354-369, 2006.

VEIGA, L.; VEIGA, F. Political business cycles at the municipal level. **Public Choice**, v. 131, p. 45-64, 2007.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Jorge José Martins Rodrigues é economista. Licenciado, mestre e doutor em Gestão (ISCTE-IUL). Mestre e pós doutorado em Sociologia – ramo sociologia económica das organizações (FCSH NOVA). Professor coordenador no ISCAL – *Lisbon Accounting and Business School* / Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal. Exerceu funções de direção em gestão (planeamento, marketing, comercial, finanças) no setor privado, público e cooperativo. É investigador integrado no Instituto Jurídico Portucalense. Ensina e publica nas áreas de empresa familiar e família empresária, estratégia e finanças empresariais, gestão global, governabilidade organizacional, marketing, planeamento e controlo de gestão, responsabilidade social e ética das organizações.

Maria Amélia Marques, Doutora em Sociologia Económica das Organizações (ISEG/ULisboa), Mestre em Sistemas sócio-organizacionais da atividade económica - Sociologia da Empresa (ISEG/ULisboa), Licenciada (FPCE/UCoimbra), Professora Coordenadora no Departamento de Comportamento Organizacional e Gestão de Recursos Humanos (DCOGRH) da Escola Superior de Ciências Empresariais, do Instituto Politécnico de Setúbal (ESCE/IPS), Portugal. Membro efetivo do CICE/IPS – Centro Interdisciplinar em Ciências Empresariais da ESCE/IPS. Membro e Chairman (desde 2019 da ISO-TC260 HRM Portugal. Tem várias publicações sobre a problemática da gestão de recursos humanos, a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, os novos modelos de organização do trabalho, as motivações e expectativas dos estudantes Erasmus e a configuração e dinâmica das empresas familiares. Pertence a vários grupos de trabalho nas suas áreas de interesses.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Accountability 227, 263, 264, 265, 266, 274, 275, 276
Administrações públicas 289, 290, 294, 295, 299, 301, 303, 304, 306
Análise discriminante 251, 252, 260
Análise “Lata de lixo” 174
Anteriores opiniões modificadas 263, 266, 267, 268, 274
Aprendizaje Colaborativo 24
Área de promoção y fomento 97, 107
Ativos tangíveis 159, 167, 168, 301
Auditoria 100, 106, 260, 263, 264, 265, 266, 267, 274, 275, 276, 287, 293

B

Bioética 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51

C

Calidad de Datos Abiertos 87, 88, 95
Certificação 210, 211, 218, 221, 222, 223, 224, 274
Clasificación 97, 103, 104, 106, 108, 280
Comunidad Virtual de Aprendizaje 24, 26
Conciliação entre a vida profissional 210, 211, 212, 226, 227
Conocimientos financieros 32, 33, 35, 38, 39, 41
Contabilidade pública 274, 289, 290, 292, 295, 298, 303, 304, 305, 306
Continuidade 139, 252, 258, 260
Cooperação 144, 145, 146, 155, 196, 204
Criação de valor 144

D

Desenvolvimento profissional 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14
Direitos humanos das mulheres 237, 239, 240, 241, 242
Discurso 4, 10, 12, 110, 184, 185, 186, 190, 191, 195
Docente 1, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 12, 13, 15, 17, 19, 21, 51, 52, 54, 55, 57, 58, 60, 62, 63, 97, 184, 192, 247

E

Educação 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 14, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 202, 208, 214, 216, 227, 238, 239, 243, 246, 247, 248, 249, 264

Educación 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 29, 32, 33, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 50, 51, 68, 84, 85, 95, 98, 99, 105, 110, 111, 281, 288

Educación financiera 32, 33, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 99

Educación Superior 15, 17, 19, 22, 25, 68, 105

Envelhecimento activo 229, 230, 231

Esmeraldas 32, 33, 34, 38, 39, 40

Estratégia 8, 11, 126, 146, 148, 164, 167, 170, 171, 186, 196, 197, 198, 199, 206, 208, 216, 301

Estrés 54, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85

Estudiante 15, 17, 19, 20, 52, 55, 56, 57, 58, 73

Evaluación formativa 52, 55, 56, 57, 59

Exámenes 67, 68, 70, 73, 75, 78, 82, 83

F

Falência 251, 252, 253, 254, 255, 256, 260, 261, 262

Família consanguínea 126, 132, 133, 134

Familiar e pessoal 210, 211, 212, 214, 215, 227

Feminicídio 237, 238, 239, 246, 247, 248, 249

Formação contínua 1, 2, 7, 12, 13, 14

G

Gens 126, 127, 134, 135, 136

Gobierno Abierto 87, 88, 95

H

Herramienta de validación 87, 92, 94

I

Identity 110, 112, 113, 119, 120, 122, 123

Ingeniería de Software 52, 54, 57

Instituições de Ensino Superior 196, 197, 200, 209

Investigação interpretativa 174, 177, 178, 179

Investigación 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 34, 38, 39, 40, 41, 55, 65, 77, 84, 92, 95, 98, 99, 100, 104, 105, 106, 107, 184, 189, 191, 192

Islamic education 110, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124

J

Jornadas Pedagógicas 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

Jóvenes bachilleres 32, 35, 36, 38, 39

L

Lei Maria da Penha 237, 239, 244, 247, 248, 249

M

Marketing 109, 143, 158, 174, 196, 197, 201, 204, 207

Mercado bursátil 277, 279, 281, 282, 283, 286, 287

Mercado de capitales 277, 279, 280, 281, 284, 285, 287, 288

Mercados financieros 277, 278, 279, 280, 287, 288

Micro e pequenas empresas 144, 155

Mindfulness 67, 68, 71, 72, 83, 84, 85

Monogâmica 126, 132, 136, 137

Moral 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 115, 116, 281

Municípios 231, 232, 233, 234, 236, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 274, 275, 276

O

Observatorio de Ciencias Empresariales 97, 99, 100, 103, 104, 105, 106, 107, 108

Organizações familiarmente responsáveis 210, 213, 222

Orientação para o mercado 174

Ortografía en datos abiertos 87

P

Políticas públicas 26, 40, 108, 179, 237, 239, 243

Previsão 46, 245, 251, 252, 255, 256, 259, 261, 262

Psicología del trabajo 184, 185

Punaluana 126, 127, 132, 133, 134, 135

R

RBV Theory 159, 160

Recursos estratégicos 148, 159

Redes de negócio 144
Reforma 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 195, 289, 290, 302, 304, 305
Reforma laboral 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190
Reforms 110, 111, 112, 113, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 185
Regiões de baixa densidade 229
Relato de sustentabilidade responsabilidade social corporativa 210
Rendimiento académico 67, 84
Responsabilidade social 4, 44, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 224, 225, 226
Rúbricas 52, 56, 57, 62, 65, 66, 257

S

Scoring 251, 252, 259, 260, 262
Setor Público 174, 180, 264, 265, 266, 267, 273, 275, 289, 291, 292, 293, 294, 295, 301, 304, 305
Sindiásmica 126, 127, 132, 135, 136, 137
Sistema de evaluación 52
SNC-AP 289, 290, 294, 295, 296, 301, 302, 303, 304, 305

T

Teoria institucional 174, 178, 183
Textbooks 28, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123
Trabajadores 184, 185, 186, 190, 191, 192, 193, 194, 195

U

Universidade Sénior 229, 231, 235

V

Values 42, 43, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 192
Vantagens competitivas 145, 147, 148, 149, 155, 159, 165, 166, 167, 170
Violências de gênero 237, 242